# RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO



Ano Referência: 2021





# Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

# Relatório de Autoavaliação Institucional Ano de referência: 2021 Campus Anápolis



# Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

# Ministro da Educação

Victor Godoy

# Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Ariosto Antunes Culau

# Reitoria do IFG

# Reitora

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

# **Diretoria Executiva**

José Carlos Barros Silva

# Pró-Reitoria de Administração

Diego Silva Xavier

# Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Sandra Abadia Ferreira

# Pró-Reitoria de Ensino

Maria Valeska Lopes Viana

# Pró-Reitoria de Extensão

Willian Batista dos Santos

# Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Thaís Amaral e Sousa

# Equipe Comissão Central da CPA 2020/2022 Portaria n.º 1796, de 23/11/2020

Fabrício Cardoso da Silva Representante Docente Presidente

Larissa Messias Moraes Representante Docente

Cibele de Guadalupe Sousa Araújo Representante Docente

Rita Cristina Holdefer Representante Técnica-Administrativa

Samuel Hilário Rodrigues Representante Técnico-Administrativo

Luciano Marçal Vicente Representante Técnico-Administrativo

> Rafaela Nunes Cirqueira Mota Representante Discente

Andreza Sousa da Silva Representante Discente

Valéria Pedro da Silva *Representante Discente* 

Maria Euzébia de Lima
Representante indicada pelo Sindicato dos Trabalhadores em
Educação de Goiás – Sintego

Ariston Alves Afonso

Representante indicado pelo Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Goiás – CREA

# Equipe Elaboradora – Subcomissão Local de Avaliação Portaria n.º 213, de 08 de fevereiro de 2022

Lilian Tatiane Ferreira de Melo Camargo *Presidente* 

Reinaldo Zorzi Neto Representante Docente

Luciano Marçal Vicente Representante Técnico-Administrativo

Vera Lúcia Cardoso de Oliveira Representante da Universidade Estadual de Goiás

Fernando Nunes Pereira

Representante do Instituto Euvaldo Lodi (IEL)

# SUMÁRIO

1. In	trodução	8
1.1	Apresentação da Instituição	8
1.2	Apresentação do Campus	9
1.3	Processos regulatórios	10
1.4	Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG	11
2. M	etodologia	13
2.1	Delineamento do Estudo	13
2.2	Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados	13
2.3	Definição da População de Pesquisa e Composição da Amostra	14
2.4	Escalas e Critérios de Análise	15
5. Re	esultados, Análises e Sugestões	16
6. Co	onsiderações Finais	20
7. Re	eferências Bibliográficas	21

# LISTA DE TABELAS

acadêmica participante do questionário – Ano 2020	Tabela 1 - Quantitativo geral da comunidade acadêmica e Quantitativo	o da comunidade
Tabela 2 - Resultados dos questionários preenchidos pela comunidade	acadêmica participante do questionário – Ano 2020	14
	Tabela 2 - Resultados dos questionários preenchidos pela comunidade	16
Tabela 3 - Estratificação das respostas obtidas na pesquisa2	Tabela 3 - Estratificação das respostas obtidas na pesquisa	20

# 1. Introdução

Este relatório integral apresenta os resultados da autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) — Campus Anápolis, realizadas no ano de 2021 pela presente Subcomissão Local de Avaliação (SLA), constituída em 08 de Fevereiro de 2022. Elaborada de acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 065/2014, a autoavaliação contemplou as dimensões institucionais descritas na Lei n.º 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A autoavaliação institucional realizada pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica (discentes, servidores docentes e técnico-administrativos) foi dividida em dois eixos e dez dimensões. São os eixos: Eixo 1 — Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2 — Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 — Políticas Acadêmicas; Eixo 4 — Políticas de Gestão e Eixo 5 — Infraestrutura Física. Foram realizadas diversas ações de sensibilização da SLA antes e durante o período de autoavaliação institucional, além da apresentação dos resultados, a fim de informar e conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância dessa ferramenta nos processos regulatórios da educação superior e na orientação da melhoria na qualidade e expansão de oferta.

# 1.1 Apresentação da Instituição

Em 1909, foram criadas, a partir do Decreto n.º 7.566, as primeiras escolas profissionais oficiais. As dezenove Escolas de Aprendizes Artífices – nome que receberam à época – passaram a oferecer cursos para formação de operários e contramestres, mediante um ensino prático e conhecimentos técnicos baseados nas exigências das indústrias locais (GOMES, 2004). Essas Escolas iniciaram as atividades na Cidade de Goiás, então capital do Estado de Goiás. Em 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Escolas Técnicas. Com a mudança da capital para a cidade de Goiânia, a Instituição também foi transferida, passando a ofertar cursos profissionalizantes na área industrial, passando a ser denominada Escola Técnica de Goiânia.

Em 1959, com a Lei n.º 3.552/1959, houve a criação da Rede Federal de Ensino Técnico, e as Escolas Técnicas passaram a ser chamadas Escolas Técnicas Federais. A partir de 1978, as Escolas Técnicas Federais foram gradualmente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A mudança de Escola Técnica Federal de Goiás para Centro de Educação Tecnológica de Goiás ocorreu no dia 22 de março de 1999, atuando também na formação de ensino superior e no desenvolvimento de extensão e pesquisa.

Em 2007, o Decreto n.º 6.095/2007 colocou em discussão, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, o processo de integração de instituições federais de educação

tecnológica. Gradativamente, os CEFETs em todo o país passaram por esse processo de transição, constituindo atualmente os chamados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esses institutos visam ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando cidadãos críticos e capazes para atuação no mundo do trabalho, promover a integração e a verticalização do ensino médio à educação profissional e educação superior, contribuir para o fortalecimento dos planos locais e regionais, além de desenvolver projetos de extensão e de pesquisa científica e tecnológica.

## 1.2 Apresentação do Campus

O IFG – Campus Anápolis é um órgão do poder executivo inaugurado em 21 de junho de 2010 e integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por força da Lei n.º 11.892/2008, o IFG assumiu a caracterização de Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, além de ter como objetivos primordiais o incentivo às pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, e a realização de atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, atendendo aos arranjos produtivos locais.

A instalação do IFG – Campus Anápolis foi resultado de parceria entre o Governo Federal e a Prefeitura de Anápolis, que cedeu terreno de 21.481,86 m² onde o Campus começou a ser construído em 2009. Atualmente, a estrutura física da instituição dispõe de 9.481 m² de área construída e mais 12.000 m² de jardins e gramados.

Dispondo de infraestrutura que envolve salas de aula, laboratórios, teatro, blocos de administração e administração acadêmica, e espaços de convivência, o IFG – Campus Anápolis procura oferecer à comunidade Anapolina e Goiana uma educação efetivamente pública e de qualidade, associando o ensino tecnológico a um ambiente de formação e de realização de ações políticas, artísticas e culturais, reafirmando sua identidade como centro formador de ideias, conhecimentos e, principalmente, profissionais qualificados e conscientes de suas responsabilidades com a vida e com a sociedade. Com o objetivo de promover a interação entre teoria e prática, o corpo docente do Campus se esforça em criar oportunidades para os estudantes realizarem visitas técnicas, participarem de monitorias e projetos, bem como fazerem estágios em suas áreas de conhecimento.

O IFG é público, totalmente gratuito e de reconhecida qualidade. A instituição é centenária e pioneira na oferta do Ensino Técnico. O ensino foi verticalizado a partir da oferta de cursos em vários níveis: médio (técnico integrado) e superior (bacharelado e licenciatura). Em Anápolis, o IFG oferece, ao todo, dez cursos, com o objetivo de qualificar profissionais para diversos setores da economia. Em relação à Educação Profissional, são ofertados cursos técnicos integrados ao nível médio de forma regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Atualmente, o Campus oferta vagas anuais para cursos superiores e técnicos integrados ao ensino médio nas modalidades regular (em tempo integral) e de educação de jovens e adultos (EJA), em diferentes eixos tecnológicos. Na Licenciatura são ofertados os cursos de Química e Ciências Sociais no período noturno, ambos com duração de quatro anos. Os Bacharelados em Engenharia Civil da Mobilidade e em Ciência da Computação são ofertados no período matutino com duração de cinco e quatro anos, respectivamente. O curso de Tecnologia em Logística, ofertado no período noturno com duração de três anos, completa a grade de cursos superiores ofertados pelo Campus Anápolis. São ofertados, em tempo integral, os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Edificações, Comércio Exterior e Química, todos com duração de três anos. Há também a oferta de dois Cursos Técnicos Integrados na modalidade EJA com duração de quatro anos, a saber: Secretaria Escolar e Transporte de Cargas.

A fim de colaborar para o desenvolvimento de cidadãos com mais consciência, autonomia, responsabilidade social e protagonismo, o Campus prima por uma educação transformadora e emancipadora baseada na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Para isso, o Campus se propõe a empreender atividades de ações de pesquisa com o objetivo de criar um processo educativo para a investigação e produção de conhecimento, visando a inovação e a solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social, ao bem-estar do ser humano e a preservação da natureza. As ações de pesquisa e pós-graduação são promovidas em conjunto com a extensão para envolver a comunidade externa, contribuindo para a dinamização do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do lugar e permanecer em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

### 1.3 Processos regulatórios

Com o objetivo de manter a conformidade e a qualidade da oferta dos cursos de educação superior no Brasil, o MEC/INEP, através da Portaria Normativa MEC n.º 40, de 12

de dezembro de 2007, e do Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a processos regulatórios que são realizados a partir de avaliações externas e internas.

As avaliações externas compreendem avaliações *in loco* relacionadas aos processos de Recredenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Graduação. Nessas avaliações, o IFG recebe visitas de comissões do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que visam avaliar a instituição e os cursos de ensino superior oferecidos. Para isso, utilizam ferramentas próprias que identificam o perfil e o significado da atuação da instituição através de suas atividades, programas, cursos, projetos e setores. Além disso, existem Indicadores de Qualidade, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), normatizado pela Lei n.º 10.861/2004; o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral dos Cursos (IGC), conforme Portaria Normativa do MEC n.º 40/2007.

As avaliações internas são constituídas por relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja criação foi determinada pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. O Relatório Local de Autoavaliação, elaborado pelas SLAs, contempla a importância das especificidades dos campi e visa contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição através da disponibilização, análise e discussão dos dados obtidos durante o período de Autoavaliação Institucional realizada pela comunidade acadêmica.

# 1.4 Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG

A autoavaliação institucional no IFG teve início em 2004 com a instituição da CPA, que tão logo constituída mediante a Portaria n.º 313, de 12 de agosto de 2004, e alterada pela Portaria n.º 601, de 23 de novembro de 2004, iniciou a primeira etapa do trabalho, ou seja, a preparação da elaboração do projeto e regulamento da CPA. A partir daí, a CPA tem elaborado seus relatórios de autoavaliação, cuja principal metodologia tem sido a escuta à comunidade acadêmica por meio da aplicação de questionários.

Um marco importante para o trabalho da CPA foi a instituição das Subcomissões Locais nos campi a partir do ano de 2015, conforme o disposto no § 1º do art. 8º do Regulamento da CPA, aprovado pela Resolução n.º 006, de 31 de março de 2014. Como resultado dessa ação, foram formadas as subcomissões nos campi Anápolis, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia. Em 2016, SLAs foram implantadas nos demais campi do IFG:

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IFG e, para fins de suporte administrativo, a CPA é vinculada à Diretoria Executiva.

Em 2017, a CPA elaborou seu Plano de Autoavaliação Institucional (PAI), que compreende os anos 2017 a 2019, abordando metodologias de elaboração de seus relatórios, metodologias de sensibilização da comunidade acadêmica e metodologias de meta avaliação. O Plano prevê, ainda, a elaboração anual de relatórios de autoavaliação locais, por campus, cujos responsáveis pela elaboração são as SLAs, além da elaboração do relatório de autoavaliação institucional, cuja responsável pela elaboração é a CPA Central do IFG.

O presente Relatório Institucional é resultado de discussões e compreensão da autoavaliação institucional como um processo participativo e democrático. Para tanto, a CPA e as SLAs realizaram planejamento, promoveram ações de informação e sensibilização da comunidade acadêmica e, por meio da aplicação de questionários, realizou a escuta da comunidade.

# 2. METODOLOGIA

Esta parte do relatório contempla a metodologia adotada no processo de autoavaliação 2021. Primeiramente, delinearam-se o estudo, os eixos e as dimensões contempladas, assim como a população pesquisada, seus extratos e unidade de análises. Em seguida, descreveram-se os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados. Por fim, destaca-se que foram enfrentadas limitações para realização do processo de autoavaliação conduzido pela CPA em 2021 devido ao período pandêmico com atividades remotas.

Para a autoavaliação institucional foram utilizados diversos instrumentos e métodos combinados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

### 2.1 Delineamento do Estudo

O estudo abordou dois eixos avaliativos do PAI, a saber:

- Eixo I: Planejamento e Avaliação Institucional;
- Eixo II: Desenvolvimento Institucional;

### 2.2 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados

O principal instrumento de coleta de dados para o processo de autoavaliação institucional consistiu no questionário tipo *survey* estruturado em treze (13) perguntas objetivas, de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos, e uma (1) pergunta aberta.

Os questionários foram construídos de forma a abranger as especificidades de cada segmento da comunidade acadêmica: discentes, docentes e servidores técnico-administrativos lotados nos quatorze campi da instituição, além da Reitoria. Sendo assim, nem todos os segmentos responderam a todas as treze questões, sendo anotadas respostas de docentes e de técnicos-administrativos em 13 (treze) questões objetivas, e dos discentes em 12 (doze) questões objetivas. Apenas um docente e dois técnicos-administrativos responderam à questão aberta.

A pesquisa de autoavaliação, na forma de questionários, foi disponibilizada à comunidade através de uma plataforma desenvolvida por um docente e um discente do curso de Bacharelado em Ciência da Computação do próprio campus Anápolis do IFG. O acesso ao formulário específico de cada segmento foi realizado a partir de links de acesso que foram divulgados nos meios de comunicação institucionais: página eletrônica da instituição, e-mail institucional, sistema acadêmico, boletins de notícias e, inclusive, divulgação pelos integrantes

da SLA em salas de aula e nas salas de trabalho dos servidores. Houve ainda mobilização por parte da SLA para ampliar a divulgação entre os discentes ao enviar e-mails e mensagens de WhatsApp para grupos de alunos e representantes de sala dos diversos cursos.

É importante destacar que a resposta ao questionário se deu de forma espontânea e não obrigatória. Entretanto, nessa mobilização, a SLA sensibilizou a comunidade para promover o aumento da quantidade de respostas ao questionário de avaliação institucional. O período de coleta de dados ocorreu entre os dias 06 de dezembro de 2021 a 08 de Janeiro de 2021.

O questionário que havia sido aplicado no processo de autoavaliação 2018, com perguntas objetivas e respostas "Sim" e "Não", foi criticado por integrantes da comunidade acadêmica. Por isso, a CPA voltou à estratégia utilizada em 2017, onde as perguntas objetivas puderam assumir seis respostas possíveis: "Ótimo", "Bom", "Regular", "Ruim", "Péssimo" e "Não sei". Porém, diferentemente do questionário de autoavaliação de 2017, que abordou de forma completa os cinco eixos do PDI, neste questionário foi adotada uma quantidade menor de perguntas.

# 2.3 Definição da População de Pesquisa e Composição da Amostra

O quantitativo geral da comunidade acadêmica e o quantitativo da comunidade acadêmica participante da pesquisa são apresentados na Tabela 1. No ano de 2021, 714 alunos se encontravam matriculados nos cinco cursos superiores e no curso de pós-graduação. Notase que apenas os alunos de Ensino Superior são elegíveis para responder ao questionário.

Ainda, havia no Campus 86 docentes atuantes nos cursos superiores e cursos técnicos integrados ao nível médio de forma regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 53 servidores técnico-administrativos. Finalmente, a totalização de integrantes elegíveis para responder ao questionário é 853.

Tabela 1 - Quantitativo geral da comunidade acadêmica e Quantitativo da comunidade acadêmica participante do questionário - Ano 2021

QUANTITATIVO GERAL DA COMUNIDADE ACADÊMICA - ANO 2021											
Docentes Ensino Médio/Superior	Discentes no Ensino Superior	Técnico-Administrativos									
86	53										
Proporção das Respostas em Termos da Comunidade Acadêmica Participante da Pesquisa											
Docentes Ensino Médio/Superior	Discentes no Ensino Superior	Técnico-Administrativos									
19%	49%	32%									

Fonte: O autor.

### 2.4 Escalas e Critérios de Análise

Conforme mencionado anteriormente, o questionário contou com perguntas objetivas com respostas: "<u>Ótimo</u>", "<u>Bom</u>", "<u>Regular</u>", "<u>Ruim</u>", "<u>Péssimo</u>" e "<u>Não sei</u>" para registro das avaliações atribuídas pelos segmentos consultados.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação/desaprovação obtidas em cada um dos aspectos avaliados. Tal categorização constitui-se através da proporção de "Sim" assinalado em cada eixo avaliado, que, neste processo, foram: Eixo I (Planejamento e Avaliação Institucional); Eixo II (Desenvolvimento Institucional); Eixo III (Políticas Acadêmicas); Eixo IV (Políticas de Gestão). Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

- <u>Manter</u>: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como "<u>Ótimo</u>" ou "<u>Bom</u>" estiver no intervalo [**75**%, **100**%], considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.
- <u>Desenvolver</u>: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como "<u>Ótimo</u>" ou "<u>Bom</u>" estiver no intervalo [**50**%, **75**%), considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.
- <u>Melhorar</u>: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como "<u>Ótimo</u>" ou "<u>Bom</u>" estiver no intervalo [25%, 50%), considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.
- Sanar: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como "<u>Ótimo</u>" ou "<u>Bom</u>" estiver no intervalo [**0**%, **25**%), considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

Ressalta-se aqui que esse critério de análise foi aplicado a cada um dos segmentos da comunidade acadêmica em separado. Além disso, para se ter um panorama geral sobre cada um dos eixos, essa análise foi estendida para a comunidade acadêmica como um todo.

# 5. RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES

Diferentemente do que foi apresentado nos últimos relatórios, neste não há a divisão dos resultados para cada eixo avaliado. Contudo, a análise é feita para cada questão individualmente.

Na Tabela 2 são apresentados todos os resultados referentes aos questionários preenchidos pelos discentes, docentes e técnicos-administrativos.

Tabela 2 - Resultados dos questionários preenchidos pela comunidade

Tabela 2 - Resultados dos									1									1																		
	Geral									Docente									Discente									Técnico-Administrativo								
	Perguntas	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não sei	Total	Indicativo	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não sei	Total	Indicativo	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não sei	Total	Indicativo	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não sei	Total	Indicativo			
1.	Em sua avaliação, o alcance de atendimento da função social do IFG pelas ações desenvolvidas em seu Campus:	2%	2%	15%	25%	24%	2%	100%	Manter	%0	%0	25%	63%	12%	%0	100%	Manter	%0	2%	10%	40%	35%	10%	100%	Manter	%8	%0	15%	62%	15%	0%	100%	Manter			
2	O seu conhecimento sobre a função social do IFG é:	%0	2%	10%	46%	37%	2%	100%	Manter	%0	%0	25%	20%	25%	%0	100%	Manter	0%	10%	10%	40%	35%	5%	100%	Manter	%0	%0	0%	54%	46%	0%	100%	Manter			
3	O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é:	2%	%2	25%	%44	%2	%9	100%	Desenvolver	%0	12%	13%	%89	12%	%0	100%	Manter	10%	10%	%27	25%	2%	%0	100%	Melhorar	%0	%0	31%	61%	%8	%0	100%	Desenvolver			
4	O respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG é:	2%	%2	2%	%19	%67	%E	100%	Manter	13%	%0	12%	%09	45%	43%	%001	Desenvolver	%0	40%	%5	%09	35%	%0	100%	Manter	%8	%8	%0	24%	%08	%0	100%	Manter			
5	O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:	2%	%0	27%	46%	14%	2%	100%	Desenvolver	%0	%0	12%	63%	12%	13%	100%	Manter	10%	0%	30%	40%	15%	5%	100%	Desenvolver	%0	%0	31%	54%	15%	0%	100%	Desenvolver			
6	O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:	2%	%2	21%	41%	22%	7%	100%	Desenvolver	%2	2%	73%	38%	17%	%9	100%	Desenvolver	1%	7%	16%	42%	25%	9%	100%	Desenvolver	%0	11%	33%	44%	11%	0%	100%	Desenvolver			
7	A política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:	2%	3%	17%	39%	24%	12%	100%	Desenvolver	%0	%0	25%	38%	25%	12%	100%	Desenvolver	2%	%0	20%	30%	25%	20%	100%	Desenvolver	%8	%8	7%	54%	23%	%0	100%	Manter			

					Ge	eral				Docente									Discente								Técnico-Administrativo								
	Perguntas	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não sei	Total	Indicativo	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não sei	Total	Indicativo	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não sei	Total	Indicativo	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não sei	Total	Indicativo		
8	Em sua avaliação, o alcance de atendimento das metas estabelecidas pelo PDI para o Campus/Reitoria é:	%0	2%	%68	41%	%8	45%	100%	Melhorar	%0	12,5%	37,5%	%09	%0	%0	400%	Desenvolver	%0	%5	%98	%08	2%	25%	100%	Melhorar	%0	%0	46%	% 1/5	%0	%0	100%	Desenvolver		
9	A divulgação do planejamento anual do seu Campus é:	2%	%2	%47	%6E	%57	% 0	100%	Desenvolver	%0	%0	72%	%09	%27	<b>%01</b>	%0	Manter	%0	15%	%0E	%08	25%	%0	100%	Desenvolver	%8	%0	23%	<b>%9</b> †	%22	%0	100%	Desenvolver		
10	A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Campus é:	%0	%0	38%	43%	19%	%0	100%	Desenvolver	%0	0%	25%	20%	25%	%0	100%	Manter									0%	%0	46%	39%	15%	0%	100%	Desenvolver		
11	A sua percepção sobre soluções efetivas para os problemas apontados pelos processos de autoavaliação institucional é:	2%	12%	29%	44%	2%	2%	100%	Melhorar	%0	25%	25%	%09	%0	%0	100%	Desenvolver	10%	15%	25%	35%	10%	5%	100%	Melhorar	0%	%0	38%	54%	%8	%0	100%	Desenvolver		
12	O seu conhecimento acerca do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação:	2%	15%	75%	22%	19%	40%	100%	Melhorar	25%	0%	%0	20%	25%	%0	100%	Manter	%0	25%	30%	10%	15%	20%	100%	Melhorar	0%	%8	46%	23%	23%	%0	100%	Melhorar		
13	Qual sua percepção quanto as estratégias adotadas e as condições ofertadas para o desenvolvimento de atividades remotas	2%	15%	%67	%22	%61	%01	100%	Melhorar	72%	%0	%0	%09	72%	%0	100%	Manter	%0	72%	30%	10%	15%	20%	100%	Melhorar	%0	%8	46%	73%	73%	%0	100%	Melhorar		

Em primeiro lugar, serão analisadas as perguntas cujo somatório de respostas "Ótimo" e "Bom" da comunidade acadêmica em GERAL foi igual ou superior a 75% (aspectos que podem ser mantidos), destacando-se sempre o segmento (DOCENTE, DISCENTE ou TÉCNICO-ADMINISTRATIVO), cuja soma de respostas bom e ótimo deu a menor porcentagem, o qual as ações a serem tomadas deverão, preferencialmente, estar focadas:

- Pergunta 01: o alcance de atendimento da função social do IFG pelas ações desenvolvidas em seu Campus: → segmento DISCENTE e DOCENTE são os que menos responderam: bom e ótimo (75%);
- Pergunta 02: O seu conhecimento sobre a função social do IFG é:→ segmento DISCENTE e DOCENTE são os que menos responderam: bom e ótimo (75%);

Pergunta 04: O respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG é: → O segmento DOCENTE é o que menos respondeu: bom e ótimo (62%);

Em segundo lugar, serão analisadas as perguntas cujo total de respostas "Ótimo" e "Bom" da comunidade acadêmica em GERAL encontra-se no intervalo de 50% até menor que 75% (aspectos que devem ser desenvolvidos), destacando-se sempre o segmento (DOCENTE, DISCENTE ou TÉCNICO-ADMINISTRATIVO), cuja soma de respostas bom e ótimo deu a menor porcentagem, sobre o qual as ações a serem tomadas deverão, preferencialmente, estar focadas:

- Pergunta 03: Conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) → O segmento DISCENTE é o que menos respondeu: bom e ótimo (30%);
- Pergunta 05: O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é: → O segmento DISCENTES é o que menos respondeu: bom e ótimo (55%);
- Pergunta 06: O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:→ O segmento DOCENTE e TÉCNICO-ADMINISTRATIVO são os que menos responderam: bom e ótimo (55%);
- Pergunta 07: A política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é: → O segmento DISCETNE é o que menos que menos respondeu: bom e ótimo (55%);
- Pergunta 09: A divulgação do planejamento anual do seu Campus é:→ O segmento DISCENTE é o que menos respondeu: bom e ótimo (55%);
- Pergunta 10: A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Campus é:→ O segmento TÉCNICO-ADMINISTRATIVO é o que menos que menos respondeu: bom e ótimo (54%);

Em terceiro lugar, serão analisadas as perguntas cujo total de respostas "Ótimo" e "Bom" da comunidade acadêmica em GERAL encontra-se no intervalo igual a 25% e menor que 50% (aspectos que devem ser melhorados), destacando-se sempre o segmento (DOCENTE, DISCENTE ou TÉCNICO-ADMINISTRATIVO), cuja soma de respostas bom e ótimo deu a menor porcentagem, sobre o qual as ações a serem tomadas deverão, preferencialmente, estar focadas:

- Pergunta 08: Em sua avaliação, o alcance de atendimento das metas estabelecidas pelo PDI para o Campus/Reitoria é:→ O DISCENTE é o que é o que menos respondeu: bom e ótimo (35%);
- Pergunta 11: A sua percepção sobre soluções efetivas para os problemas apontados pelos processos de autoavaliação institucional é:→ O segmento DISCENTE é o que menos respondeu: bom e ótimo (45%);
- Pergunta 12: O seu conhecimento acerca do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação: → O segmento DISCENTE é o que menos respondeu: bom e ótimo (25%);
- Pergunta 13: Qual sua percepção quanto as estratégias adotadas e as condições ofertadas para o desenvolvimento de atividades remotas → O segmento DISCENTE é o que menos respondeu: bom e ótimo (25%);

Por último, nenhuma pergunta deu total de respostas "Ótimo" e "Bom" da comunidade acadêmica em GERAL no intervalo entre 0% até menor que 25% (aspectos que devem ser sanados).

Em relação a pergunta aberta: *Tem algum outro aspecto que gostaria de acrescentar em relação a avaliação das especificidades dos eixos 1 (Planejamento e avaliação institucional) e 2 (Desenvolvimento Institucional)?* 

Apenas três participantes responderam à questão aberta sendo um do segmento DOCENTE e um do segmento TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:

- Do segmento DOCENTE respondeu que não tinha nada a acrescentar.
- Do segmento TÉCNICO-ADMINISTRATIVO respondeu: "É muito ruim para a imagem de uma instituição de tecnologia, que se empregue tão pouca tecnologia para ações de reaproveitamento de água e outras iniciativas para conservação de energia elétrica. (Domótica por exemplo). Também devemos ampliar as ações de reciclagem. Não basta apenas ter um container de lixo eletrônico e cestos de reciclagem separados por categoria, é necessário que em todos os ambientes onde haja uma lixeira, para separação de lixo orgânico e recicláveis."
- Outro participante do TÉCNICO ADMINISTRATIVO "As ações de promoção da agenda LGBT são exageradas, não dão espaço para outros assuntos."

# 6. Considerações Finais

A presente Subcomissão Local de Avaliação, instituída pela Portaria nº 213, de 08 de fevereiro de 2022, produziu este relatório a partir do processo de autoavaliação institucional realizado no IFG — Campus Anápolis durante o ano letivo de 2021. Esse processo englobou toda a comunidade acadêmica: docentes, discentes e técnico-administrativos.

Os questionários foram preenchidos pela comunidade acadêmica através de um sistema desenvolvido por um docente e um discente do curso de Bacharelado em Ciência da Computação do IFG – Campus Anápolis, aplicados entre os dias 06 de dezembro de 2021 e 08 de janeiro de 2022. A pesquisa de Autoavaliação Institucional 2021 contou com 41 respostas de todos os segmentos da comunidade acadêmica (TABELA 03).

Tabela 3 - Estratificação das respostas obtidas na pesquisa

			p q
"	DOCENTE	DISCENTE	TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
SEGMENTOS	8	20	13
TOTAL		41	

Fonte: O autor.

Sugerimos que os resultados aqui apresentados sejam utilizados pela gestão do campus e da Instituição como ferramenta de análise e discussão a fim de orientar a melhoria na qualidade dos cursos oferecidos pelo IFG – Campus Anápolis. Além disso, os resultados serão divulgados a toda comunidade acadêmica, com o objetivo de reforçar o papel da CPA, da SLA e a importância da Autoavaliação Institucional na regulação da qualidade e oferta de cursos da educação superior.

# 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

